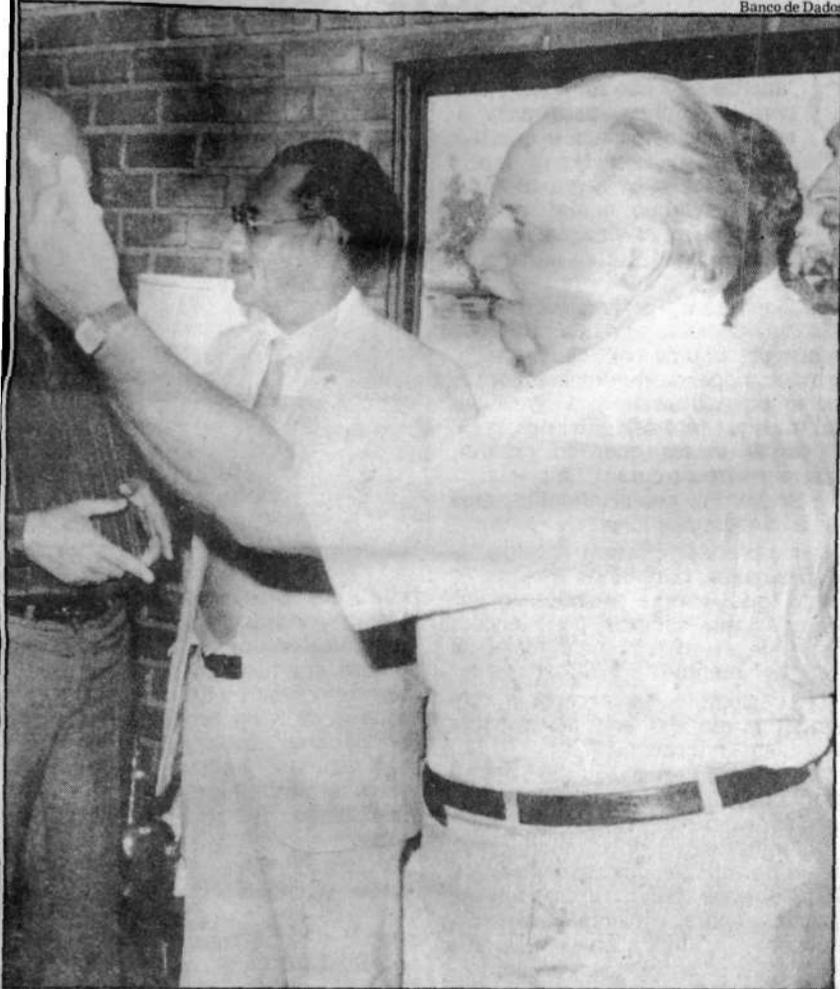


Centrão e "Grupo dos 32" poderão fazer emendas conjuntas ao projeto



Daso Coimbra (PMDB-RJ) é coordenador do grupo suprapartidário Centrão

Da Sucursal de Brasília

O projeto alternativo de Constituição redigido pelo Centrão só não coincide em três pontos com as propostas de modificação apresentadas pelo "Grupo dos 32", liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR) e integrado por constituintes "moderados" de cinco partidos. A avaliação é do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do Centrão, que afirmou ontem serem as diferenças "facilmente contornáveis".



A possibilidade de emendas conjuntas dos dois grupos e um estudo comparativo das propostas do Centrão e dos "moderados" será feita hoje pelos principais líderes do Centrão. Mesmo em pleno recesso do Congresso constituinte, eles reúnem-se para listar as trinta principais modificações ao projeto da Comissão de Sistematização.

Preocupado em ter o apoio de 280 constituintes para as emendas, os líderes do Centrão querem terminar a redação de seu projeto alternativo até amanhã, ou no máximo depois de amanhã. Os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE), Expedito Machado (PMDB-CE), Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Gastone Righi (PTB-SP), José Lourenço (PFL-BA),

José Lins (PFL-CE) e Eraldo Tinoco (PFL-BA) confirmaram presença.

Assinaturas

Nessa reunião, os coordenadores do Centrão também fixarão os critérios para a coleta de assinaturas de apoio às emendas do grupo. A partir da próxima segunda-feira, um dos membros do grupo dará plantão, diariamente, numa das salas da Câmara dos Deputados para esclarecer possíveis dúvidas e arregimentar apoio dos parlamentares.

Independente desse trabalho, um bloco com todas as emendas do grupo será enviado, pelo correio, para todos os integrantes do Centrão. Cada Estado, terá um ou mais coordenadores para coletar assinaturas de apoio as propostas sugeridas. Em São Paulo, os deputados Manoel Moreira (PMDB), Ricardo Izar (PFL) e José Egreja (PTB) serão os responsáveis pelo trabalho do Centrão.

Até o dia 4 de janeiro, quando se reiniciam os trabalhos constituintes, os coordenadores do Centrão querem também mudar a imagem que o grupo tem passado para a sociedade. Apesar de evitarem falar do assunto, alguns dos articuladores admitem que o perfil ideológico de "direita" precisa ser amenizado ou mesmo evitado. A ausência do deputado Amaral Netto (PDS-RJ), que está no Caribe, contribui para a moderação da imagem. Na última semana, mesmo contra a vontade da maioria do grupo, Amaral fez duras críticas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Centristas querem eliminar item sobre empresa

O Centrão quer remeter para a legislação ordinária os critérios de participação do capital estrangeiro nas empresas nacionais. Segundo o texto aprovado pela Comissão de Sistematização, é considerada empresa nacional apenas aquela que opere e tenha sede no Brasil. Mesmo defendendo que a participação estrangeira seja minoritária no capital votante das empresas, o grupo não quer que o assunto seja tratado no

texto constitucional. Esta é uma das principais propostas de modificações, através de emendas, ao projeto de Constituição da Sistematização.

O Centrão quer mudar também o artigo que prevê o pagamento dobrado das horas extras. O grupo acha que a remuneração deve ser superior ao normal, mas quer que o índice seja definido pelos acordos coletivos de trabalho de cada categoria. Assim, o índice seria variável.

O grupo aceita a proposta de redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, mas quer a inclusão da expressão "em média mensal". Tal critério seria aplicado para os trabalhadores que exercem funções em turnos, por revezamento, como nas siderúrgicas e nas plataformas submarinas.

Para acomodar interesses discordantes, o Centrão manteve a propos-

ta de impenhorabilidade de propriedades rurais de até 25 hectares, mas abriu a opção para os proprietários que não concordem e queiram contrair um empréstimo bancário contra a penhora da propriedade.

Outra proposta do grupo inova ao incluir, entre os crimes inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, os "crimes hediondos", o sequestro, o terrorismo e o tráfico de drogas.

Votações interrompem recesso nas Assembleias

Da Reportagem Local *

A rotina de um invejável recesso de fim de ano para as Assembleias Legislativas —elas ficam normalmente três meses sem sessões, ou quatro, somando-se o recesso de julho— deveria ser desta vez quebrada, caso, em Brasília, os trabalhos constituintes tivessem avançado segundo a previsão inicial. Isso porque, promulgada a Constituição, as Assembleias se transformariam, duas semanas depois, em constituintes estaduais, precisando arregaçar as mangas e engavetar as férias de verão.

Mas em pelo menos três Estados a rotina legislativa será retomada com uma pauta menos nobre. A começar de São Paulo, onde o governo convocará um período extraordinário de sessões a partir de 15 de janeiro, para a votação do aumento do funcionalismo público. É um assunto no qual o governador Orestes Quéricia já escorregou feio no primeiro semestre. Dispondo, em princípio, de um PMDB com 36 deputados e mais dez do PFL, essa maioria teórica não resistiu à pressão para que não se extinguisse, em maio, o gatilho salarial. De fato, o grosso dos 84 deputados paulistas votou contra o Palácio dos Bandeirantes, levando no mês seguinte o governo a ser salvo



O deputado Roberto Purini (PMDB)

pelo gongo, quando o Plano Bresser impôs novas regras de reajuste.

Por enquanto ninguém sabe que percentual Quéricia proporá. Mas o óbvio é que a oposição "conservadora" se aliará ao PT para pedir mais,

enquanto poucos põem fé na fidelidade com que, em ano eleitoral desencadeado, o PMDB e o PFL concordarão com os índices do governador. E há mais uma coisa, diz o presidente regional do PDS, deputado Sylvio Martini: "Com a votação na melhor das hipóteses em fins de janeiro, o reajuste retroativo será pago apenas em março. Se as sessões extraordinárias fossem convocadas para dezembro, o Estado seria mais pontual em seu compromisso".

E, de fato, um pedido de convocação para antes do Natal chegou a circular a partir de iniciativa do PDS. Mas sem sucesso. "Deixamos para janeiro porque o governador estaria agora no Exterior, e ele gostaria de acompanhar de perto o debate parlamentar", responde o líder do governo, Roberto Purini (PMDB). O segundo e último item da pauta extraordinária será a indicação, para o Tribunal de Contas do Estado, de Roque Citadini, segundo um roteiro que Purini afirma não apresentar maiores problemas.

Também em razão do funcionalismo, a Assembleia Legislativa do Sergipe será convocada em torno do Natal pelo governador Antônio Carlos Valadares. Em Santa Catarina, as sessões extraordinárias começaram segunda-feira passada, mas com uma pauta mais anódina: efetivos da

Polícia Militar, política de biotecnologia e redução na alíquota do Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). Mais curiosos são os motivos que levaram o governador do Pará, Hélio Gueiros (PMDB), a convocar seu Legislativo. Trata-se da redivisão interna do Estado para a criação de quatro novos municípios, operação que se encontra, entretanto, na dependência do avanço dos trabalhos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Firge), responsável pela definição dos novos mapas municipais.

Em Mato Grosso e em Alagoas, com as pautas plenamente cumpridas no período ordinário de sessões, o recesso será interrompido por comissões encarregadas de desencadear os trabalhos das futuras constituintes estaduais. De excêntrico durante o recesso está com certeza apenas a Assembleia Legislativa do Maranhão. Quando seus trabalhos forem reabertos, a 1º de março, não haverá mais a pequena bancada de quatro deputados do PDS. Seu líder, Júlio Monteles, está de malas prontas para o PMDB, Jair da Silva irá para o PDT e os dois restantes —Aristeu Barros e Daniel Silva— provavelmente para o PFL. (Texto final de João Batista Natali)

* Colaboraram a Sucursal de Curitiba e os correspondentes em São Luis, Macaé, Culabá, Teresina, Belém, Florianópolis e Aracaju.